



# Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul

CNPJ nº 92.863.000/0001-33

Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social sob nº 30.506/39

Declarada de Utilidade Pública: Federal - Dec. 22.450 de 14/01/1947 Estadual - Dec. 925 de 03/12/1949 Municipal - Lei 269 de 10/09/1949

## APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2025

Apresentamos as Demonstrações Contábeis de 2025, ano ainda de recuperação dos efeitos das enchentes de 2024, mas também de abertura de novos serviços e atividades para as comunidades onde atuamos. Estamos presentes em Porto Alegre, Canela, Gramado, Tramandaí e Santana do Livramento. Buscamos em nosso dia-a-dia, desenvolver nosso trabalho com qualidade, profissionalismo e respeito aos nossos associados, atendidos, alunos, clientes e profissionais.

Somos uma instituição centenária, que vem ao longo de 124 anos consolidando uma atuação equilibrada entre voluntários e profissionais, o que permite nos adequarmos, reinventarmos e inovarmos na forma de trabalhar.

O nosso reconhecimento e agradecimento a todos que compartilharam, construíram e constroem a nossa história e nosso legado às comunidades onde atuamos.

Bernadete Maria Franco Cunha - Presidente ACM-RS  
José Ricardo Calza Caporal - Secretário-geral ACM-RS

Com uma gestão atenta aos cenários que nos cercam, seguimos firmes nos atualizando e mudando para continuarmos sendo os mesmos em nossa Missão e Valores, mantendo nossa essência. Nosso compromisso está na promoção do desenvolvimento humano, na transformação da sociedade, de acordo com a mensagem cristã.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro (em Reais)		
Ativo		
	2025	2024
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	12.746.218	10.842.172
Recebíveis de Clientes (Nota 5)	10.589.214	8.885.147
Estoques (Nota 12)	4.254.943	3.811.860
Adiantamentos	274.384	562.101
Despesas antecipadas	726.898	281.252
Devedores Diversos (Nota 6)	6.344.396	4.846.057
(-) Perdas estimadas créd liq. duvidosa (N.2.3)	(6.209.281)	(4.717.397)
	28.726.772	24.511.192
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Realizável a longo prazo		
Recebíveis de clientes (Nota 5)	326.870	636.493
Depósitos judiciais	1.258.807	735.123
	1.585.677	1.371.616
Imobilizado (Nota 7)		
Imobilizado	112.150.976	109.526.541
(-) Depreciação	(36.162.941)	(34.658.788)
	75.988.035	74.867.753
	77.573.712	76.239.369
<b>Total do Ativo</b>	<b>106.300.484</b>	<b>100.750.560</b>

Passivo e Patrimônio Líquido		
	2025	2024
<b>CIRCULANTE</b>		
Fornecedores	1.120.657	497.291
Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	53.753	851.208
Obrigações fiscais	18.664	24.932
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 9)	5.475.292	5.276.719
Contas a pagar	20.936	26.041
Mensalidades recebidas antecipadamente	5.227.739	4.843.089
Recursos a aplicar, com restrição (Nota 10)	8.133.589	6.351.805
	20.050.630	17.871.085
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Fornecedores	22.409	0
Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	70.650	70.902
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 9)	0	288.171
Provisão para contingências (Nota 11)	408.781	892.212
Credores diversos (Nota 12)	2.232.262	2.289.867
	2.734.101	3.541.152
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Patrimônio social	42.971.750	39.432.457
Reserva de reavaliação	32.317.556	32.834.906
Ajuste de avaliação patrimonial	4.049.017	4.058.986
Superávit do período	4.177.429	3.011.975
	83.515.752	79.338.323
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>106.300.484</b>	<b>100.750.560</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**  
(em Reais, exceto quando indicado)

**1. ESTRUTURA INSTITUCIONAL E OBJETIVOS (INFORMAÇÕES GERAIS)**

A Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul - ACM-RS foi fundada em 26 de novembro de 1901, na cidade de Porto Alegre, gozando de plena autonomia, com jurisdição no Estado do Rio Grande do Sul. Tem como objetivos: propiciar o entendimento, a compreensão e a fraternidade entre as pessoas, tanto no campo nacional como no internacional; difundir os ensinamentos de Cristo; proclamar e praticar relações humanas sem distinção de idade, de ordem social, racial, nacionalidade, política e religiosa; promover o aperfeiçoamento espiritual, moral, intelectual, físico e social de seus associados e frequentadores, visando especialmente à infância e à juventude; e estender sua ação, por meio de trabalhos filantrópicos, a pessoas não pertencentes a seu quadro social.

Fundamenta-se como instituição filantrópica, educacional e de assistência social, sem fins lucrativos; não remunera ou concede vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título a seus diretores, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores; aplica integralmente seus recursos no território nacional, na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais; mantém escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que asseguram a sua respectiva exatidão; conserva em boa ordem a documentação comprobatória de suas operações; aplica em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e demais legislações vigentes em que se enquadram; apresenta, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; recolhe tributos retidos sobre rendimentos pagos ou creditados, bem como cumpre as obrigações acessórias decorrentes; e não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio social, sob qualquer forma ou pretexto. Em caso de dissolução, há previsão estatutária para a reversão do seu patrimônio social à entidade beneficente certificadas ou à entidade pública. Caso apresente superávit em suas contas, destina o referido resultado a seus objetivos educacionais e de assistência social.

A ACM-RS também foi declarada como entidade de utilidade pública pelo Decreto Estadual nº 925, de 03 de dezembro de 1949, e pela Lei Municipal nº 269, de 10 de setembro de 1949, as quais se encontram em vigor, cumpridas as obrigações acessórias decorrentes.

Consoante seus objetivos estatutários atuam em duas áreas, a Educacional e a de Assistência Social, com preponderância na Educação, nas quais aplica seus recursos, cumprindo as obrigações previstas no art. 14 do Código Tributário Nacional, bem como os requisitos previstos na Lei Complementar 187 que entrou em vigor em 16 de dezembro de 2021, conforme descrito a seguir.

(1.a) Na área Educacional, além do supra referido, está adequada às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação - PNE, na forma do art. 214 da Constituição Federal, oferecendo bolsas de estudo na forma e proporção previstas na Lei Complementar 187/21 - Art 19 e seguintes.

Conforme Lei Complementar 187/21 e com base em informações e controles da ACM-RS, a Entidade apresenta o quadro demonstrativo das gratuidades dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

Demonstrações dos Resultados (em Reais)		
	Períodos findos em 31 de dezembro	
	2025	Reclassificado 2024
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
Receita de educação (Nota 14)	15.113.597	15.269.815
Receita de assistência social (Nota 16)	9.716.256	8.549.605
Receita de saúde (Nota 14)	16.044.229	15.271.079
Receita de prestação de serviços (Nota 14)	23.662.663	21.499.369
Receita da venda de imobilizado	4.350.523	3.249.244
Receita de ações judiciais	9.325	0
Receita de locação de bens (Nota 13c)	256.044	223.246
	69.152.635	64.062.358
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL (Nota 14)</b>		
Deduções da receita de educação	(6.527.340)	(6.335.790)
Deduções da receita de assistência social	(15)	(5.053)
Deduções da receita de prestação de serviços	(1.634.826)	(1.385.625)
<b>RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL</b>	<b>60.990.455</b>	<b>56.335.890</b>
Custo operacional (Nota 15)	(50.557.315)	(47.242.680)
<b>RESULTADO OPERACIONAL DAS ATIVIDADES</b>	<b>10.433.140</b>	<b>9.093.211</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		
Despesas administrativas (Nota 18)	(4.957.961)	(4.418.017)
Receitas financeiras, líquidas (Nota 17)	457.888	111.216
Despesa com depreciação (Nota 7)	(1.503.784)	(1.452.590)
Perdas no recebimento de créditos	(281.853)	(321.844)
<b>RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO</b>	<b>4.177.429</b>	<b>3.011.975</b>
<b>ISENÇÕES USUFRUÍDAS (Nota 13e)</b>		
Renúncia Fiscal obtida	6.846.437	6.516.840
Renúncia Fiscal	(6.846.437)	(6.516.840)
<b>TRABALHO VOLUNTÁRIO</b>		
Trabalho voluntário realizado	92.392	88.197
Trabalho voluntário	(92.392)	(88.197)
<b>SUPERÁVIT DO PERÍODO</b>	<b>4.177.429</b>	<b>3.011.975</b>

Demonstrações dos Resultados Abrangentes (em Reais)		
	Períodos findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
<b>Superávit do período</b>	<b>4.177.429</b>	<b>3.011.975</b>
Outros componentes dos resultados abrangentes:		
Realização da reserva de reavaliação	517.350	599.855
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	9.968	9.968
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>4.704.747</b>	<b>3.621.798</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (em Reais)					
	Patrimônio Social	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit período	Total PL
Em 01 de dezembro de 2024	35.229.351	33.434.762	4.068.954	3.593.283	76.326.349
Incorporação de resultados	3.593.283	-	-	(3.593.283)	-
Realização da reserva de reavaliação	599.855	(609.526)	-	-	-
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	9.968	-	(9.969)	-	-
Superávit do período	-	-	-	3.011.975	3.011.975
Em 31 de dezembro de 2024	39.432.457	32.834.906	4.058.986	3.011.975	79.338.323
Incorporação de resultados	3.011.975	-	-	(3.011.975)	-
Realização da reserva de reavaliação	517.350	(517.350)	-	-	-
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	9.969	-	(9.969)	-	-
Superávit do período	-	-	-	4.177.429	4.177.429
Em 31 de dezembro de 2025	42.971.750	32.317.556	4.049.017	4.177.429	83.515.752

Unidades	Quantidades de alunos							
	Colégio ACM Centro		Centro Profissional		Vovô Cazemiro		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Gratuidades 100%	3	3	0	0	191	190	194	193
Gratuidades 50%	1	3	0	0	0	4	1 (0,5)	3,5 (7)*
Acréscimo tempo integral, art. 20º, parágrafo 3º, inciso II LC 187/21 (0,4)	0	0	0	0	76,40	76	76,40	76
Pagantes	400	427	95	212	0	495	639	
<b>Total de Alunos</b>	<b>404</b>	<b>433</b>	<b>95</b>	<b>212</b>	<b>191</b>	<b>194</b>	<b>690</b>	<b>839</b>
<b>Total Gratuidade</b>							<b>270,90</b>	<b>272,50</b>

No exercício de 2025, foram atendidos 195 alunos com gratuidade, distribuídos da seguinte forma: 3 bolsas integrais (100%), 191 bolsas integrais (100%) em turno integral, e 1 bolsa parcial (50%).

Para as bolsas da Educação Infantil Vovô Cazemiro, de turno integral, aplica-se o disposto do artigo 20º, parágrafo 3º inciso II da Lei Complementar 187/2021, o qual define 1,4 para cada bolsa concedida, totalizando assim 267,40 (191 x 1,4) gratuidades concedidas.

Desta forma, foi concedido o total de 270,9 bolsas equivalentes a integrais, o que representa 39,26%, calculado sobre o universo de 690 alunos, dos quais 495 são pagantes, atendendo a alínea I e II do parágrafo 1º, do artigo 20 da Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021.

As bolsas estão distribuídas conforme quadro a seguir:

Bolsas concedidas	100%		50%		Quantidade		Custo total de Bolsas (R\$)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pré-escola em tempo integral	191	190	0	4	191	194	4.860.849	4.477.407
Pré-escola em tempo integral (0,40)	76,40	76	0	0	76,40	76	-	-
Anos iniciais - ensino fundamental	0	2	0	2	0	4	1.802	0
Anos finais - ensino fundamental	0	1	0	1	0	2	63.084	70.746
Ensino Médio	3	0	1	0	4	0	17.552	24.304
Ensino Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total Bolsas</b>	<b>194</b>	<b>193</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>195</b>	<b>200</b>	<b>4.943.286</b>	<b>4.572.458</b>
Total de bolsas de estudo - Gratuidades 100%							4.932.472	3.869.706
Total de bolsas de estudo - Gratuidades 50%							10.814	51.684
<b>Total</b>							<b>4.943.286</b>	<b>3.921.390</b>

A seguir apresentamos o quadro disponibilizado no site do CEBAS - MEC, no qual apresenta o cálculo de bolsas de acordo com a legislação vigente, resultado no total de bolsas integrais equivalentes.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (em Reais)		
	Períodos findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>SUPERÁVIT DO PERÍODO</b>	<b>4.177.429</b>	<b>3.011.975</b>
Ajustes para conciliar o superávit ao fluxo das atividades operacionais:		
Depreciação	1.503.784	1.452.590
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	1.323.962	588.103
Encargos Financeiros sobre empréstimo	-	(18.234)
Baixas do ativo imobilizado	369	-
Provisões para contingências	(483.431)	(110.543)
	6.522.113	4.923.891
<b>REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>		
Recebíveis de Clientes e outros	(1.510.330)	(1.815.750)
Estoques	(443.083)	427.566
Outras contas a receber	(1.870.328)	(96.930)
	(3.823.742)	(2.340.245)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>		
Fornecedores	645.775	147.174
Obrigações sociais e trabalhistas	(89.598)	636.795
Outras contas a pagar	2.097.456	714.984
	2.653.633	1.498.953
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>5.352.004</b>	<b>4.082.599</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições de imobilizado	(2.624.435)	(2.232.376)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(2.624.435)</b>	<b>(2.232.376)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.098.267	847.106
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1.921.790)	(1.811.580)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(823.523)</b>	<b>(964.474)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>1.904.046</b>	<b>885.749</b>
<b>DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No fim do período	12.746.218	10.842.172
No início do período	10.842.172	9.956.423
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>1.904.046</b>	<b>885.749</b>

Demonstrações dos Resultados dos Períodos por Atividade (em Reais)		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	Reclassificado 2024
<b>ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO</b>		
<b>Receita alunos pagantes (Nota 14)</b>	<b>10.170.310</b>	<b>10.697.357</b>
Bolsas de estudo 100%	4.932.472	4.519.450
Bolsas de estudo 50%	10.814	53.008
<b>Mensalidades concedidas em bolsa de estudos</b>	<b>4.943.286</b>	<b>4.572.458</b>
<b>Receita bruta de Educação</b>	<b>15.113.597</b>	<b>15.269.815</b>
Descontos promocionais (não utilizados em gratuidades)	(1.472.795)	(1.639.654)
Devolução mensalidades/anuidades	(111.258)	(123.678)
Bolsas de estudo 100%	(4.932.472)	(4.519.450)
Bolsa de estudo 50%	(10.814)	(53.008)
<b>Receita líquida de Educação</b>	<b>8.586.257</b>	<b>8.934.025</b>
Custo das atividades educacionais (Nota 15)	(9.863.457)	(9.590.989)
<b>Resultado da atividade de Educação</b>	<b>(1.277.200)</b>	<b>(656.964)</b>
<b>ATIVIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>		
Doações - com restrição	888.499	747.889
Subvenções - com restrição	8.827.756	7.801.715
<b>Receita bruta de Assistência Social (Nota 16)</b>	<b>9.716.256</b>	<b>8.549.605</b>
Receita cancelada	(15)	(5.053)
<b>Receita líquida de Assistência Social (Nota 14)</b>	<b>9.716.241</b>	<b>8.544.551</b>
Custo das atividades de Assistência Social (Nota 15)	(9.087.706)	(8.406.727)
<b>Resultado da atividade de Assistência Social</b>		

(1.b) A área de Assistência Social está vinculada à rede socioassistencial privada no âmbito do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, conforme atestado pela autoridade pública, e presta, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos seus beneficiários na área de Assistência Social, bem como, atua na defesa e garantia dos direitos a quem presta serviços ou realiza ações assistenciais continuadas, permanente e planejada, para os usuários e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação; está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social e possui seus programas e projetos devidamente registrados no Conselho Municipal de Assistência Social.

No exercício de 2025, com base em informações e controles da ACM-RS, demonstramos na Nota 16, o total de 1.629 atendidos pela Assistência Social (2024 – 1.754), enquadrados no nível de complexidade do SUAS.

(1.c) A entidade exerce atividades institucionais na área da saúde, em consonância com suas finalidades estatutárias e com os princípios que regem o Sistema Único de Saúde – SUS, notadamente a universalidade, a integralidade, a equidade, a publicidade e a não distribuição de resultados. Suas ações são desenvolvidas em conformidade com a Lei nº 8.080/1990, com a Lei Complementar nº 187/2021 e com o Decreto nº 11.791/2023, bem como em observância às normas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, especialmente a ITG 2002 (R1). A entidade mantém escrituração contábil regular e segregada, com evidenciamento das receitas, custos e despesas vinculados à área da saúde e às respectivas fontes de recursos, de modo a assegurar a rastreabilidade das operações, a transparência da gestão e a adequada prestação de contas aos órgãos de controle, fiscalização e financiamento.

As atividades na área da saúde são executadas diretamente em favor dos usuários do SUS, bem como de forma complementar ao Sistema Único de Saúde, nos termos do art. 199, § 1º, da Constituição Federal, mediante a celebração de convênios, contratos, contratos de gestão, termos de parceria, instrumentos de gestão associada ou outros tipos de convênios firmados com entes públicos, com a finalidade de ampliar a oferta de serviços de saúde e atender à demanda assistencial da rede pública. A entidade encontra-se regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, sob o nº 4952022, mantendo sua produção assistencial devidamente registrada nos sistemas oficiais de informação em saúde.

Os atendimentos são realizados tanto por execução direta de serviços ao SUS quanto por meio de gestão associada e contrato de gestão, conforme os instrumentos pactuados com os gestores públicos, sempre no âmbito da política pública de saúde e em observância às diretrizes legais e regulamentares aplicáveis. Em conformidade com a Lei Complementar nº 187/2021 e com o Decreto nº 11.791/2023, os serviços prestados na área da saúde são ofertados em caráter universal, gratuito e sem qualquer cobrança direta ou indireta dos usuários, no âmbito das pactuações firmadas com o Poder Público.

Para fins de manutenção ou obtenção da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS na área da saúde, a entidade demonstra que 100% de sua produção assistencial é destinada ao SUS, caracterizando atendimento integralmente gratuito e prestado em regime direto ou complementar à rede pública. No exercício, foram realizados 1.414 atendimentos/procedimentos, correspondentes a 325 usuários (pacientes), conforme registros constantes do CIHA – Sistema de Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial, dos sistemas oficiais de informação em saúde e dos relatórios vinculados ao CNES, conforme quadro abaixo:

Atendimentos				
Mês	Modalidade	Qtd Registros/Procedimentos	Qtd Registros/Procedimentos	Total de Atendimentos
		SUS	Não SUS	
abr/25	Individ. Ambulatorial	27	0	27
mai/25	Individ. Ambulatorial	127	0	127
jun/25	Individ. Ambulatorial	110	0	110
jul/25	Individ. Ambulatorial	201	0	201
ago/25	Individ. Ambulatorial	248	0	248
set/25	Individ. Ambulatorial	234	0	234
out/25	Individ. Ambulatorial	192	0	192
nov/25	Individ. Ambulatorial	159	0	159
dez/25	Individ. Ambulatorial	116	0	116
<b>Total</b>		<b>1.414</b>	<b>0</b>	<b>1.414</b>
		<b>100%</b>	<b>0%</b>	

## 2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Entidade em 18 de março de 2026.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios anteriores, salvo quando indicado de outra forma.

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão definidas na NBC TG 1000 (R1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, bem como na ITG 2002(R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros e de acordo com a Lei Complementar 187/2021, regulamentada pelo Decreto nº 11.791/2023.

### 2.2. Demonstração do resultado do período

É adotado o princípio da competência de exercícios para o registro das operações. A receita de ativo imobilizado está registrada como resultado operacional.

### 2.3. Ativo circulante e não circulante

Apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando for o caso, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. As aplicações financeiras estão classificadas como disponível para venda. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são calculadas pelo valor considerado suficiente pela Administração, para fazer frente a eventuais perdas, sendo estas, detalhadas nas notas explicativas as quais, por ventura, fizerem parte.

### 2.4. Imobilizado

Os itens mais relevantes são demonstrados pelo valor reavaliado e ajustados patrimonialmente até 31 de dezembro de 2007, com base em avaliações efetuadas em anos anteriores por avaliadores independentes, deduzida a subsequente depreciação para edifícios. A parcela da reserva de reavaliação referente a edifícios é transferida (realizada) para superávit acumulado na mesma proporção em que os edifícios são depreciados. A parcela da reserva de reavaliação sobre terrenos somente será transferida (realizada) para superávit acumulado quando os terrenos forem alienados. O valor dos jazigos e nichos, integrantes do complexo das necrópoles, em cessão de uso perpétuo, em cessão temporária e dos jazigos disponíveis permanece registrado no ativo imobilizado. A depreciação é calculada pelo método linear, para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, com base nas taxas divulgadas na Nota 7. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado.

A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/07 e na Resolução CFC Nº 1.292/10 – NBC TG 01 (R4). Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil excede o valor de mercado, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, o que não foi necessário no período, pois não houve nenhum indicio que obrigasse a Entidade a registrar em sua contabilidade.

### 2.5. Passivo circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos e variações monetárias incorridas. A provisão para contingências considerada necessária é contabilizada com base na análise individual dos processos pela Administração da Entidade em conjunto com a assessoria jurídica.

### 2.6. Subvenções recebidas – com restrição

Os valores recebidos a título de subvenções são registrados como obrigações, no passivo, e na comprovação da sua utilização são registrados na Demonstração do Período do Período, quando aplicados no custeio das atividades, em conformidade com a NBC TG 07.

### 2.7. Doações recebidas – com restrição

Os valores recebidos a título de doações regidos por contratos ou convênios, são registrados como obrigações e na comprovação da sua utilização são transferidos para despesa e registrados na receita do período, em conformidade com a NBC TG 07.

### 2.8. Escrituração contábil segregada por área

As transações são contabilizadas de forma segregada pelas áreas e respectivas atividades de ensino e suas gratuidades, de assistência social conforme tipificação, de prestação de serviços e despesas administrativas, registradas por centro de custo e contas.

### 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas em cada nota explicativa, se aplicável.

A ACM-RS elabora anualmente orçamentos operacionais e de investimentos e desenvolve planejamento estratégico anual e quinzenal.

## 4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em Reais	
	2025	2024
Caixa e bancos	6.434.739	6.147.096
Bancos - projetos a executar (Nota 10)	6.277.973	4.441.141
Fundo - Investimento	33.506	253.935
	<b>12.746.218</b>	<b>10.842.172</b>

## 5. RECEBÍVEIS DE CLIENTES E OUTROS

	Em Reais	
	2025	2024
<b>Demais Áreas</b>		
Clientes cessão perpétua - CEJXXIII	5.660.036	4.635.208
Visa pré-datado - CEJXXIII	823.458	735.622
Banricompras pré-datado - CEJXXIII	403.487	206.074
Demais clientes - CEJXXIII	64.232	64.232
Demais valores a receber - Sede	421.586	289.222
Clientes - CEPA	839.110	641.984
(-) Perdas estimadas com créditos de liq. duvidosa - CEJXXIII	(288.175)	(162.236)
(-) Perdas estimadas com créditos de liq. duvidosa - CEPA	(111.441)	(43.643)
	<b>7.812.293</b>	<b>6.366.461</b>

## Saúde

	Em Reais	
	2025	2024
Programa Saúde a Receber Gramado	1.256.733	1.364.208

## Ensino

	Em Reais	
	2025	2024
Mensalidades escolares - Colégio ACM Centro	1.226.743	1.115.872
Mensalidades escolares - Centro Profissional Canela	149.972	109.601
Mensalidades escolares - Centro Profissional Poa	470.343	565.497
	<b>1.847.058</b>	<b>1.790.970</b>

	<b>10.916.084</b>	<b>9.521.640</b>
--	-------------------	------------------

Circulante	10.589.214	8.885.147
Não circulante	326.870	636.493

## 6. DEVEDORES DIVERSOS

	Em Reais	
	2025	2024
Coop. Moradores Morro Santana	6.209.281	5.669.587
Funerárias CEPA	17.576	24.026
Restaurante CC MAC Ltda.	3.648	2.781
Demais valores a receber	113.891	101.853
(-) Perdas estimadas com créditos liquidação duvidosas	(6.209.281)	(5.669.587)
	<b>135.115</b>	<b>128.660</b>

Circulante	135.115	128.660
Não circulante	0	0

(a) Em devedores diversos consta a operação com a Cooperativa de Moradores do Morro Santana, denominada Jardim Continental, relativa ao terreno localizado no Morro Santana, conforme contrato, celebrado em 18 de outubro de 2017, no valor total atualizado de R\$ 6.209.281 (em 2025 – R\$ 5.669.587), com todas as parcelas estão vencidas, as quais foram estimadas como perdas com crédito de liquidação duvidosa. No ano de 2025 recebemos o valor de R\$ 60.000 (2024 – 58.000), total de pagamentos acumulados quitaram a entrada e mais 3,86 parcelas do acordo de 67 parcelas. O contrato prevê encargos de 0,5% ao mês, e correção pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). A referida operação tem cláusula que mantém a propriedade para a ACM-RS em caso de inadimplemento.

## 7. IMOBILIZADO

	Terrenos	Prédios	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Obras em andamento e outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	23.325.645	44.732.498	266.651	-	189.709	1.763.769	346.169	3.463.500	74.087.967
Aquisição	-	354.733	73.075	-	-	435.054	308.919	1.060.594	2.232.376
Transferências	-	433.271	-	-	-	13.974	(13.974)	(433.271)	-
Depreciação	-	(836.818)	(48.406)	-	(63.962)	(309.705)	(135.600)	(58.100)	(1.452.590)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<b>23.325.645</b>	<b>44.683.685</b>	<b>291.320</b>	<b>-</b>	<b>125.747</b>	<b>1.903.119</b>	<b>505.514</b>	<b>4.032.723</b>	<b>74.867.753</b>
Custo total	23.325.645	70.174.287	1.451.462	95.585	640.782	5.812.294	3.405.851	4.620.635	109.526.541
Depreciação acumulada	-	(25.490.602)	(1.160.142)	(95.585)	(515.036)	(3.909.174)	(2.900.337)	(587.913)	(34.658.788)
Residual em 31 de dezembro de 2024	<b>23.325.645</b>	<b>44.683.685</b>	<b>291.320</b>	<b>-</b>	<b>125.747</b>	<b>1.903.119</b>	<b>505.514</b>	<b>4.032.723</b>	<b>74.867.753</b>
Saldos em 1º de janeiro de 2025	23.325.645	44.683.685	291.320	-	125.747	1.903.119	505.514	4.032.723	74.867.753
Aquisição	-	309.098	133.729	-	-	328.596	179.137	1.673.875	2.624.435
Transferências	-	1.129.636	-	-	-	(25.968)	27.948	(1.131.616)	-
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	(369)	(369)
Depreciação	-	(851.979)	(55.310)	-	(63.137)	(329.963)	(167.790)	(35.606)	(1.503.784)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<b>23.325.645</b>	<b>45.270.441</b>	<b>369.740</b>	<b>-</b>	<b>62.610</b>	<b>1.875.785</b>	<b>544.809</b>	<b>4.539.006</b>	<b>75.988.035</b>
Custo total	23.325.645	71.613.022	1.585.191	95.585	640.782	6.114.922	3.612.936	5.162.525	112.150.607
Depreciação acumulada	-	(26.342.581)	(1.215.451)	(95.585)	(578.172)	(4.239.137)	(3.068.127)	(623.519)	(36.162.572)
Residual em 31 de dezembro de 2025	<b>23.325.645</b>	<b>45.270.022</b>	<b>369.740</b>	<b>-</b>	<b>62.610</b>	<b>1.875.785</b>	<b>544.809</b>	<b>4.539.006</b>	<b>74.988.035</b>
Taxa média ponderada depreciação - %		<b>1,19%</b>	<b>3,49%</b>		<b>9,85%</b>	<b>5,40%</b>	<b>4,64%</b>	<b>0,69%</b>	

A reserva de reavaliação, cujo valor residual é de R\$ 32.317.556 em 31 de dezembro de 2025 (2024 – R\$ 32.834.906), decorre da mais valia apurada pelas reavaliações efetuadas nos bens imóveis, em 2007, com base em laudo emitido naquela data pela FBENG Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda. A realização da reserva de reavaliação e o ajuste patrimonial estão sendo procedidos, de acordo com a depreciação ou baixa dos bens.

A ACM-RS recebeu em doação a posse da área em que se localiza a Unidade Cruzeiro do Sul (50% do total da área) no ano de 2021. A avaliação realizada por profissional habilitado estimou seu valor de mercado em R\$ 4.199.175, considerando o valor da área recebida. A Instituição havia ajuizado ação de Usucapião para a regularização da propriedade, e em 2025 obteve êxito nesse pleito, sendo reconhecida a propriedade.

Em 2026, houve a aquisição do imóvel localizado na Rua Espírito Santo, 400, 1º andar, em Porto Alegre - RS.

Com base na revisão da vida útil dos prédios da Entidade, são as seguintes taxas percentuais de depreciação:

Localidade	2025	2024
Washington Luiz, 1036, 1050 e 1070 - Porto Alegre	1,43	1,43
Washington Luiz, 1030 - Porto Alegre	2,00	2,00
Demétrio Ribeiro, 981 - Porto Alegre	2,00	2,00
Protásio Alves, 2.248 - Tramandaí	1,43	1,43
Padre Lima, 669 - Porto Alegre	4,00	4,00
Maceió, 321 e 323 - Porto Alegre	4,00	4,00
Avenida Natal 60 - Porto Alegre	1,34	1,34
Godofredo Raymundo, 177 - Canela	1,42	1,42
Rua dos Andradas, 525 - Santana do Livramento	1,42	1,42
Rincão do Coelho - São Francisco de Paula	1,43	1,43
Sarmento Leite, 975 - Porto Alegre	1,43	1,43
Estrada João Antônio da Silveira, 4.065 - Porto Alegre	1,35	1,35
Rua dos Andradas, 719 - Santana do Livramento	2,00	2,00
Rua dos Andradas, 1560, 7º and. - Porto Alegre	2,00	2,00
Rua Espírito Santo, 400 - 1º andar	2,00	0,00

## 8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Em Reais	
	2025	2024
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	-	15.249
Cartão de Crédito Banco do Brasil (VISA)	39.847	33.858
Empréstimo BNDES Placas Fotovoltaicas	-	788.197
Veículo - Consórcio Banrisul	84.555	84.807
	<b>124.403</b>	<b>922.110</b>
Circulante	53.753	851.208
Não Circulante	70.650	70.902

O Empréstimo BNDES Placas Fotovoltaicas financiou o investimento da construção da usina de energia fotovoltaica, com a instalação de 7.000 m² de placas de energia solar, preenchendo a área do topo dos oito prédios do Cemitério Ecumênico João XXIII. O financiamento finalizou em novembro de 2025.

O Consórcio Banrisul adquirido em 2021, contemplado em 2023 por sorteio, sendo adquirido o veículo Fiat Toro, restando 45 parcelas a pagar em dez/25.

## 9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Em Reais	
	2025	2024
Provisão de férias e encargos sociais	3.441.722	3.303.120
Salários a pagar	1.153.000	1.198.385
Acordo adicional tempo serviço	0	288.171
FGTS a recolher	330.178	266.833
IRRF a recolher	328.922	305.916
INSS a recolher	219.198	204.487
Contribuição sindical a recolher	2.272	5.591
	<b>5.475.292</b>	<b>5.572.503</b>
Circulante	5.475.292	5.572.719
Não circulante	0	288.171

## 10. OBRIGAÇÕES POR SUBVENÇÕES E RECURSOS A APLICAR – com restrição

Neste grupo são registrados os valores recebidos, depositados em bancos, em contas específicas, a serem aplicados de acordo com contrato e/ou projeto de desenvolvimento social devidamente aprovado, firmados, em sua maior parte, com entes públicos, seguindo criterioso processo de prestação de contas egido por lei. Os recursos utilizados e registrados, ao final do mês, são retirados do passivo e reconhecidos como receita de doação ou subvenção.

Abaixo saldos detalhadas dos projetos por Unidades/área assistencial:

	Em Reais	
	2025	2024
ACM Morro Santana	410.001	175.610
ACM Cruzeiro	3.921.351	2.759.954
ACM Vila Restinga Olímpica	3.570.380	3.240.138
Projeto Borboleta	200.527	158.209
Apoio Desenvolvimento Social	31.332	17.894
	<b>8.133.589</b>	<b>6.351.805</b>

Em 27/12/2019, foi protocolado novo requerimento de renovação sob o nº 23000.035423/2019-64, o qual permanece em análise na esfera administrativa. Em razão da tempestividade do protocolo e nos termos da legislação aplicável, a entidade mantém certificação ativa até a conclusão do respectivo processo administrativo.

Além do processo administrativo nº 23000.035423/2019-64, a entidade protocolou novos requerimentos administrativos relacionados à renovação do CEBAS, notadamente o requerimento de renovação protocolado em 27/12/2022, processo administrativo nº 23000.037150/2022-98 referente ao exercício de 2021, instruído com a documentação exigida pelo sistema de certificação do MEC; o Protocolo Digital MEC nº 000244.0250073/2024, registrado em 03/05/2024, referente ao encaminhamento de documentação para renovação do CEBAS junto ao Ministério da Educação; e o Protocolo Digital MEC nº 000244.0397298/2025, registrado em 06/05/2025, referente ao encaminhamento de documentação complementar relativa ao requerimento de renovação da certificação beneficente.

À vista desse contexto administrativo e normativo, a ACM-RS mantém o entendimento de que se encontram presentes os pressupostos legais para a fruição da imunidade das contribuições sociais, consideradas sua natureza beneficente, a continuidade da certificação em sede administrativa e o protocolo tempestivo dos pedidos de renovação, na forma da legislação de regência.

No plano material, a entidade sustenta que os recursos aplicados em suas atividades institucionais nas áreas de educação, saúde e assistência social superam os benefícios tributários decorrentes da imunidade, consoante demonstrado em suas demonstrações contábeis e na escrituração segregada por área de atuação. Além disso, no âmbito da assistência social, a ACM-RS informa manter vínculo com a rede socioassistencial privada do SUAS, conforme declaração do ente público gestor competente, bem como afirma atender às metas e exigências legais pertinentes. No âmbito da saúde e da educação, a entidade igualmente sustenta o cumprimento dos requisitos específicos previstos na legislação aplicável, reunindo, assim, condições para a manutenção e renovação da certificação beneficente.

#### (b) Tributária

A ACM-RS está imune ao lançamento de IPTU sobre os imóveis de sua propriedade e ISSQN sobre as prestações de serviço por inexistir fato gerador, conforme preceito constitucional.

No âmbito do ISSQN, a ACM-RS obteve a imunidade reconhecida, através de processo administrativo e judicial, estando dispensada do pagamento do imposto em todos os Municípios onde tem sede. A Entidade propôs ainda ação declaratória em razão de lançamentos infundados por parte do Município de Porto Alegre quanto a IPTU e ISSQN a fim de que seja reconhecida a sua condição de imune frente aos tributos Municipais, principalmente, IPTU e ISSQN, tendo sido julgado favorável, declarando a inexistência de relação jurídica tributária entre o Município de Porto Alegre e a ACM-RS, decisão está confirmada pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, com trânsito em julgado.

No âmbito estadual, possui imunidade tributária declarada, tanto na esfera administrativa, quanto judicial.

A ACM-RS obteve êxito em todas as instâncias, em processo judicial transitado em julgado que objetivava a imunidade tributária sobre o Programa de Integração Social - PIS, a qual declarou a inexigibilidade da referida Contribuição Social, condenando a União a restituir os valores indevidamente pagos nos últimos 5 anos do ajuizamento da ação.

Também, amparada no entendimento do seu enquadramento como entidade imune, a ACM-RS não sofre a retenção de Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicações financeiras, preconizado pela Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, bem como não sofre incidência de IOF sobre operações financeiras, conforme decisão judicial da Justiça Federal transitada em julgado no processo nº 5015413-73.2011.4.04.7100.

#### 12. CREDORES DIVERSOS

Refere-se aos valores envolvidos no Termo de Transação assinado em 24 de abril de 2013, entre a ACM-RS, a CORTEL S.A. - Consórcio Rio-grandense de Construção e Urbanização e o espólio de José Elias Flores e Maria Elias Flores, pelo qual, a ACM-RS obteve consolidação definitiva e judicial da sua condição de exclusiva proprietária, mantenedora e administradora do Cemitério Ecumênico João XXIII.

A ACM-RS iniciou os pagamentos em maio de 2018, após o período de carência, de acordo com termo de transação. Neste exercício foram repassados os valores que somam de R\$ 673.218,70 (2024 - R\$ 258.896,04), além de consideradas as comissões de vendas de 2025, equivalendo à quantidade de 57,90 jazigos (2024 – 16,97 jazigos) quitados.

Em 08 de abril de 2022, houve a oficialização da forma de apuração do valor médio de venda, para fins de apuração dos jazigos quitados, com base no neste cálculo, em 2025 foi apurado o preço médio de R\$ 11.627,15.

Em 2025, totalizou a quitação de 193,74 jazigos, do total de 1.822 devidos, restando saldo de devedor de 1.628,26 unidades.

A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência, não houve necessidade em constituir provisão tendo em vista não haver evidências que justificassem tal procedimento.

A Entidade está atenta a este monitoramento ao final de cada exercício, visto que seu estoque é composto por Unidades de jazigos, nichos, túmulos e urnas.

#### 13. ATIVIDADES ASSISTENCIAIS

Em atendimento à legislação vigente e diretrizes da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e LDE (Lei de Diretrizes da Educação) são divulgadas a seguir como forma de aferir o cumprimento de disposições relacionadas com a imunidade de contribuições sociais.

##### (a) Doações – com restrição:

No exercício de 2025, as doações recebidas e aplicadas pela entidade montam em R\$ 888.499 (2024 - R\$ 747.889), sendo registradas como resultado do período. Doações sem restrição foram reconhecidas no resultado do exercício quando do seu recebimento, sendo sua aplicação realizado no período atual ou subseqüente conforme necessidade.

##### (b) Subvenções – com restrição, recebidas e respectivas aplicações de recursos:

No exercício de 2025, foram recebidas as subvenções, classificadas como “com restrição” e aplicadas na realização de projetos de caráter assistencial e cultural, no montante de R\$ 8.827.756 (2024 - R\$ 7.801.715), as quais são registradas como receita no resultado do período

##### (c) Receita de locação de bens:

No exercício de 2025, as receitas de locações de bens montam em R\$ 256.044 (2024 - R\$ 223.246).

##### (d) Demonstração das contribuições previdenciárias devidas, caso a entidade não gozasse de imunidade:

O valor das contribuições previdenciárias, caso a entidade não gozasse de imunidade, a título de contribuições devidas (empregador) seria de R\$ 6.583.740 (2024 - R\$ 6.265.581) e a título de Programa de Integração Social - PIS sobre a folha de pagamento seria de R\$ 262.697 (2024 - R\$ 251.259), totalizando R\$ 6.846.437 (2024 - R\$ 6.516.840).

#### 14. RECEITAS E DEDUÇÕES DE EDUCAÇÃO

	2025	2024
<b>Educação</b>		
Colégio ACM Centro	9.256.191	9.203.651
Ed. Infantil Vovô Cazemiro	4.860.849	4.480.603
Centro Profissional Porto Alegre	284.534	818.235
Centro Profissional Canela	712.023	767.325
(-) Descontos promocionais	(1.472.795)	(1.639.654)
(-) Receita cancelada	(111.258)	(123.678)
(-) Gratuidades 100%	(4.932.472)	(4.519.450)
(-) Gratuidades 50%	(10.814)	(53.008)
	<b>8.586.258</b>	<b>8.934.024</b>
<b>Saúde</b>		
ACM Saúde Gramado (Gestão e Sus - Contrato Prefeitura)	16.044.229	15.271.079
	<b>16.044.229</b>	<b>15.271.079</b>
<b>Assistência Social</b>		
Projeto Borboleta	165.749	238.809
ACM Morro Santana	1.424.481	1.186.406
ACM Cruzeiro do Sul	4.451.355	4.007.779
ACM Vila Restinga Olímpica	3.473.895	2.922.827
Demais	200.776	193.784
(-) Receita cancelada	(15)	(5.053)
	9.716.241	8.544.551
<b>Demais áreas</b>		
ACM Esportes Centro	8.061.486	7.261.572
Cemitério Ecumênico João XXIII	11.828.853	11.198.740
ACM Tramandaí	287.295	245.273
ACM Livramento	1.040.150	872.154
ACM Rincão do Coelho	210.795	147.164
Cemitério Parque das Araucárias	2.147.535	1.707.612
(-) Descontos promocionais	(1.032.912)	(981.347)
(-) Receita cancelada	(601.914)	(404.278)
	<b>22.027.837</b>	<b>20.113.744</b>
	<b>56.374.565</b>	<b>52.863.399</b>

#### 16. RECEITAS E DESPESAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### Demonstração dos atendidos e valores aplicados em assistência social:

Unidades/Projetos assistenciais	Doações e Subvenções (R\$) 2025	Doações e Subvenções (R\$) 2024	Tipificação: serviço de proteção social especial de média complexidade	Atendidos 2025	Aplicação (R\$) 2025	Aplicação (R\$) 2024
Projeto Borboleta	165.749	238.809	Serviço de proteção social Especial para Pessoas com Deficiência	20	409.341	412.218
<b>Unidades/Projetos assistenciais</b>			<b>Tipificação: serviço de proteção social básica</b>			
Unidade Morro Santana	1.424.481	1.186.406	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos	148	1.455.829	1.406.420
			Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 15 a 17 anos (Trabalho Educativo)	26		
			Grupo de Idosos – Arte e Movimento	30		
			Serviço de Convivência de Vínculos Familiar e Comunitário	78		
Unidade Cruzeiro do Sul	4.451.355	4.007.779	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos	225	3.183.708	3.035.996
			Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 15 a 17 anos	36		
			Serviço de Atendimento Familiar - SAF (Núcleo CRAS)	462		
			Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos	540		
Unidade Vila Restinga Olímpica	3.473.895	2.922.827	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 15 a 17 anos (Trabalho Educativo)	24	3.621.664	3.092.288
			Aprendizagem Profissional	40		
Demais	19.428	57.408	(Serviço de apoio, gestão e captação de recursos)		0	63.360
Apoio para Assistência Social	181.348	136.375		<b>1.629</b>	417.164	396.445
<b>Total</b>	<b>9.716.256</b>	<b>8.549.605</b>			<b>9.087.706</b>	<b>8.406.727</b>

Os Projetos e serviços de Assistência Social da Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul estão de acordo com Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, enquadrados no nível de complexidade do SUAS: Proteção Social Especial de Média Complexidade para o Projeto Borboleta e os demais Projetos enquadrados em Serviço de Proteção Social Básica.

#### 17. RECEITAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

Em 2025 e 2024, as receitas e despesas financeiras são compostas das seguintes contas:

	2025	2024
<b>Receitas</b>		
Juros de cobrança por atraso	141.240	137.476
Rendimento de aplicações financeiras	867.804	532.424
Rendimentos CDB/RDB	3.645	4.817
Variações monetárias ativas	452.057	212.654
Descontos recebidos	38.347	21.010
	1.503.093	908.381
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Despesas</b>		
Despesas bancárias	(325.469)	(315.350)
Juros pagos	(16.938)	(183.442)
Multas de mora	(73.532)	(2.610)
Variações monetárias passivas	(629.267)	(295.764)
	<b>(1.045.206)</b>	<b>(797.166)</b>

Em 31 de dezembro de 2025, o valor líquido das receitas financeiras, deduzidas as despesas financeiras totaliza R\$ 457.888 (2024 - R\$ 111.216).

#### 18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Consultivo	1.096.071	969.022
Financeiro	279.312	482.701
Tecnologia da informação	617.335	573.160
Gestão de pessoas	729.625	619.606
Secretaria geral	1.382.096	1.056.997
Gerência administrativa	400.577	372.593
Apoio administrativo	335.415	273.979
Comunicação e marketing	335.833	303.172
Contabilidade	497.062	431.694
Apropriações	(745.365)	(664.907)
	<b>4.927.961</b>	<b>4.418.017</b>

## 19. COBERTURA DE SEGUROS

A ACM-RS mantém coberturas de seguros contratadas suficientes para cobertura de riscos em imóveis em relação a incêndio, raio ou explosão, no montante de R\$ 34.890.095 em 2025 e em 2024 - R\$ 48.708.000

## 20. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Os trabalhos voluntários são mensurados ao seu valor justo levando-se consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços. Os valores são reconhecidos no resultado do período em conta redutora da despesa e na despesa, não gerando efeito no resultado, mas evidenciando o trabalho voluntário realizado, de vital importância para Entidade, atendendo assim ao estabelecido na ITG 2002 (R1).

No exercício de 2025 foram 987 horas dedicadas, executados por 45 voluntários, contabilizando o valor total mensurado em R\$ 92.392 (2024 - 88.197).

## 21. APLICAÇÕES ATIVIDADES FINIS

No exercício de 2025, a ACM-RS registrou custos e despesas operacionais totais no montante de R\$ 50.557.315. Desse total, R\$ 34.480.300, correspondentes a 68%, foram aplicados diretamente na manutenção e no desenvolvimento das atividades-fim da Instituição, compreendendo as áreas de educação, saúde e assistência social, em conformidade com suas finalidades estatutárias.

O montante remanescente, equivalente a 32%, refere-se às atividades-meio, representadas pelas atividades operacionais indispensáveis ao suporte e à adequada execução das atividades-fim.

## 22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Na Entidade, entre o final do período de 2025 e a data de aprovação, pela Administração, das demonstrações contábeis, não ocorreu nenhum evento que afetasse as demonstrações e suas notas explicativas.

\*\*\*

Ariane Pereira da Silva  
Contador - CRC – RS 081136/0

Bernadete Maria Franco Cunha  
Presidente – CPF 292.485.310-91

## OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DO RIO GRANDE DO SUL** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, dos resultados abrangentes e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre - RS, 18 de março de 2026.  
AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS  
CRC/SP 2SP "S" "RS" 024298/O-3

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul, com sede nesta cidade de Porto Alegre, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 65 do Estatuto da ACM-RS, através de seus membros abaixo assinados emite o seguinte parecer:

Este Conselho Fiscal, reunido ordinariamente em 18 de março de 2026, procedeu à verificação das Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, as Demonstrações dos Resultados do Exercício, as Demonstrações dos Resultados Abrangentes, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, as Demonstrações do Período por Atividade, as Notas Explicativas da Administração, as Demonstrações Contábeis, dos Relatórios Contábeis, da Escrituração Contábil pertinente, bem como dos demais documentos de suporte contábil, inclusive do relatório e opinião emitido pelos auditores independentes Audisa Auditores Associados, tudo relativo ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025. Após a análise, constatou que os documentos relacionados acima se apresentam em ordem e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação da Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul e resolveu aprovar os respectivos registros e demonstrativos, para encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Associados Básicos.

**Enio Roberto Gonçalves Ferreira**

CPF: 424.575.640-34

**Pedro Gois Militão Viezzer**

CPF: 060.172.580-87

**Nelson Magdalena**

CPF: 011.588.720-20